



O Risco do Apagão

**Carlos Eduardo de Freitas
e Odalécia Telles Marcondes**

Recentemente, um assunto já há muito conhecido pelo povo brasileiro voltou a ser discutido pela imprensa, especialistas e órgãos governamentais. Tratava-se do risco de ocorrência de um novo “apagão” em 2008, como o que ocorreu em 2001 e gerou uma onda de iniciativas para diminuir a conta de energia elétrica.

O crescimento econômico, a escassez de chuvas no fim do ano passado e a infraestrutura defasada do setor energético foram apontadas como as causas para um possível corte ou redução do fornecimento de energia para a população e as empresas.

A energia elétrica no Brasil é gerada, em grande parte, por usinas hidrelétricas, a maior parte delas situadas nos grandes rios do Sudeste e Sul do país. Por um lado, esta estrutura de geração é alardeada como um fator extremamente positivo. Temos energia renovável, ambientalmente correta. Por outro lado, esta dependência é perigosa. Os reservatórios das usinas podem se deteriorar rapidamente em anos de chuvas reduzidas por conta do fenômeno La Niña ou outro fenômeno climático qualquer. Assim, a nossa matriz energética depende de um recurso sobre o qual não temos total controle, é da alçada da “Mãe Natureza” e de São Pedro.

Neste ano, o governo sinalizou que não ocorreriam cortes de energia como em 2001. As medidas seriam outras. Em primeiro lugar deveriam ser acionadas todas as usinas térmicas existentes, com capacidade total de 10MW cada e que foram instaladas após a crise energética anterior. A questão é que a oferta de gás natural atual não

é suficiente para atender a todos os mercados, uma vez que, seria necessário 50 milhões de m³/dia só para a produção de energia com todas as usinas térmicas acionadas. Para se ter uma idéia, atualmente são consumidos

45 milhões de m³/dia sendo 55 % utilizado pela indústria e pela frota de veículos movidos a gás. Por outro lado, há o complicador de que a oferta interna de gás depende das importações da Bolívia, país que tem passado por problemas políticos importantes, privatizou de forma abrupta o setor petroquímico e tem relutado em garantir aumento de oferta para o Brasil. Mais uma vez colocamos a nossa geração de energia nas mãos de outros, e não podemos controlar totalmente esta situação.

Nos últimos meses do segundo semestre de 2007, a Petrobrás tomou diversas medidas para tentar diminuir o volume de gás fornecido para indústrias e veículos, alegando que necessitava de gás para operar as usinas térmicas. Isto gerou grandes transtornos em diversos setores, pois os agentes se viram momentaneamente sem opção para continuar operan-

do dentro dos níveis adequados de custo e com garantia de fornecimento. Um racionamento de energia nesse momento em que a economia do país se encontra aquecida seria desastroso para a continuidade do crescimento econômico, mas controlar a oferta para certos setores da indústria também tem impactos importantes. As duas

medidas são complicadas e tem impactos positivos e negativos.

Entretanto, outras medidas estão sendo tomadas pelo governo. O Programa de Aceleração do Cres-

cimento (PAC) tem como uma das prioridades garantir a sustentabilidade energética do país, visto que 54,5% do total de R\$ 504 bilhões em investimentos previstos até 2010 são destinados ao setor de energia. Mas estão ocorrendo muitos problemas técnicos com os projetos, pois os mesmos precisam dar conta de exigências ambientais, reduzir impactos sociais, entre outros aspectos, como a tecnologia.

Seria interessante que o Brasil não dependesse apenas de chuva e gás natural. É importante o desenvolvimento de uma matriz energética que utilize outras fontes de energia como biomassa, eólica, solar, causando menos impactos ao meio-ambiente. Estas tecnologias estão disponíveis e existem empresas nacionais e estrangeiras que podem ofertar esta tecnologia.

Outra medida que pode aju-

dar é uma campanha de incentivo à eficiência energética, com a troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, substituição de eletrodos mésticos antigos, uso de aquecimento solar para aquecer água, consumo racional de energia, entre outros aspectos que podem diminuir o consumo de energia elétrica no país com certa rapidez.

Vale lembrar que em 1999 vários especialistas acenaram para a possibilidade de racionamento, enquanto o Governo Federal afirmava que não havia risco. Mas lançou-se o Programa Prioritário das Termoelétricas, visando garantir a geração. Em 2000 e 2001 o país sofreu com o racionamento, o “apagão” lançado às pressas pelo Estado. Em 2007/2008 os acontecimentos pareciam levar ao mesmo final. Outro “apagão” se aproximava. Mas as chuvas voltaram, um pouco mais tarde do que de costume. Os reservatórios atingiram 91% de sua capacidade de armazenagem. Estamos seguros por obra e graça da Mãe Natureza e de São Pedro.

Mas até quando? Será que a mesma coisa se repetirá no futuro?

Se não mudarmos nossa política energética e adotarmos medidas concretas como as que citamos acima, nos restará rezar para São Pedro e confiar que as chuvas virão no momento certo.

Julio Sousa Payão Graduando em Economia pela Esalq/USP Prof^o Carlos Eduardo de Freitas Vian Prof^o Odalécia Telles Marcondes Machado Queiroz geedes@esalq.usp.br.